



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

### Ata da 62ª Reunião Ordinária

1 No dia quinze de setembro de dois mil e vinte, às 16 horas, membros do Conselho  
2 Municipal dos Direitos da Mulher reuniram-se para a 62ª Reunião Ordinária deste  
3 Conselho - Gestão 2017/2020. A reunião foi realizada de forma não presencial,  
4 através de videoconferência, pela plataforma *Google Meet*, como medida de  
5 enfrentamento da pandemia decorrente do Novo Coronavírus (COVID-19). A reunião  
6 teve a seguinte pauta, conforme Ofício Circular nº 009/2020-CMDM: **1.** Aprovação da  
7 Ata da 61ª reunião ordinária realizada em 18/08/2020 (leitura prévia); **2.**  
8 Correspondências recebidas: a) Ofício CEE/CC 2678/20, de 11 de agosto - resposta  
9 da SESP ao ofício nº 010/2020 – RMEVC/SMPM, assinado em conjunto pelo CMDM,  
10 que solicita ao governo do Estado investimentos e melhorias na DEAM- Londrina; b)  
11 Ofício nº 152/2020, de 19 de agosto de 2020 – resposta do CEVID ao Ofício 007/2020-  
12 CMDM, que solicita informações sobre as medidas protetivas de urgência em  
13 Londrina; c) Ofício nº 664/2020, de 19 de agosto de 2020 – resposta da DEAM ao  
14 Ofício 007/2020-CMDM; d) Ofício nº 5517769, de 27/08/2020 – resposta do TJPR ao  
15 Ofício 007/2020-CMDM; e) Ofício nº 16 /2020, de 24/08/2020 – pedido de informação  
16 da Rede Feminista de Saúde - PR; f) Despacho da DEAM, de 08/09/2020 – resposta  
17 ao Ofício 09/2020-CMDM; g) Ofício SCVGE nº 32/2020, de 08/09/2020 – resposta ao  
18 Ofício 11/2020-CMDM; h) Ofício 3220/2020 e Recomendação Administrativa nº.  
19 022/2020/MP- 24ª Promotoria de Justiça, de 08/09/2020 - Orientações para a rede de  
20 atendimento acerca do dever de notificação compulsória e comunicação externa nos  
21 casos de suspeita de violência contra a mulher e meninas; i) Ofício nº 08/2020 –  
22 CEDM, recebido em 09/09/2020 – solicita informações sobre o atendimento às  
23 mulheres vítimas de violência nesta pandemia. **3.** Correspondências enviadas: a)  
24 Ofício nº 09/2020-CMDM – encaminha denúncia do SECOVI à DEAM; b) Ofício nº  
25 10/2020-CMDM – solicita informação à Secretaria Municipal de Saúde; c) Ofício nº  
26 11/2020-CMDM – solicita informação à Secretaria Estadual de Saúde/17ª Regional; d)  
27 Ofício nº 10/2020-CMDM – solicita informação ao Hospital Universitário de Londrina. **4.**  
28 Análise das informações recebidas sobre as medidas protetivas de urgência em  
29 Londrina, em resposta ao Ofício 007/2020-CMDM. **5.** Apresentação dos dados sobre  
30 direitos reprodutivos e violência contra as mulheres, com a participação de  
31 representantes da Secretaria Municipal de Saúde, 17ª Regional de Saúde e Hospital  
32 Universitário de Londrina. **6.** Informes: a) Relato das Comissões e/ou grupos técnicos;  
33 b) Ampliação da Casa Abrigo Canto de Dália; c) Outubro Rosa; c) Rede de  
34 Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e Sexual de Londrina; d) Outros.  
35 **Conselheiras presentes:** Rosalina Batista, Rosangela Portella Teruel, Elaine Ferreira  
36 Galvão, Sueli Galhardi, Lucimar Rodrigues da Silva, Karen Bettina Ikeda de Ortiz,  
37 Amanda Gaion Pedro, Adriana Gomes Madalozzo, Sandra Aguilera, Ana Carolina  
38 Arruda Franzon, Silvana Aparecida Mariano, Priscila Alexandra Colmiran, Luciana  
39 Mazaroto Negrini, Dilcéia Cardoso de Lima, Cássia Munhoz da Silva, Eunice Tieko  
40 Miyamoto, Tatiene Matoba, Tereza da Silva. **Outras participantes:** Rita de Cássia  
41 Domansky (Hospital Universitário de Londrina), Ana Paula Galdin Ramos e Jerusa  
42 Crespo (SMPM), Elisabete Fabiana da Paz Santos (EIG – Evangélicas pela Igualdade  
43 de Gênero); Mayara Aparecida Porfírio da Silva. **Justificaram ausência:** Liange Hiroe



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

### Ata da 62ª Reunião Ordinária

44 Doy Fernandes, Marselle Nobre de Carvalho, Angela Fidalma Góis. A presidente do  
45 CMDM, Rosalina Batista, deu boas vindas a todas e solicitou à conselheira Rosangela  
46 a leitura da pauta, que foi aprovada pela Plenária. Passou-se então para o primeiro  
47 ponto de pauta, para aprovação da Ata da 61ª reunião ordinária realizada em  
48 agosto/2020. Ata aprovada na íntegra. Na sequência, foram listadas as  
49 correspondências recebidas e enviadas, encaminhadas previamente com a  
50 convocação para esta reunião. Rosangela destacou, entre as correspondências  
51 recebidas, as respostas recebidas na Delegacia da Mulher de Londrina, Tribunal de  
52 Justiça do Paraná e CEVID - Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de  
53 Violência Doméstica e Familiar – CEVID, cujos dados serão analisados na sequência,  
54 e entre as correspondências enviadas, os pedidos de informação sobre saúde  
55 reprodutiva e violência contra a mulher, cujas informações serão apresentadas nesta  
56 reunião. Não havendo nenhuma consideração sobre as correspondências, Rosangela  
57 inicia fazendo um breve resumo das informações recebidas sobre as medidas  
58 protetivas de urgência em Londrina, em resposta ao Ofício 007/2020-CMDM. Destaca  
59 que o número de requerimentos de Medidas Protetivas de Urgência encaminhados  
60 pela Delegacia da Mulher de Londrina ao Poder Judiciário correspondente, nos últimos  
61 doze meses, foi de 1325; e que no período de doze meses, foram registrados 217  
62 Boletins de Ocorrência comunicando o crime de descumprimento de medidas  
63 protetivas de urgência. Quanto aos dados enviados pelo TJPR e CEVID, Rosangela  
64 destaca que, nos últimos doze meses, foram distribuídas 1971 medidas protetivas de  
65 urgência previstas na Lei Maria da Penha em Londrina, sendo que destas, 1260 foram  
66 deferidas pelos Juizados de Violência Doméstica e Familiar e Plantão Judiciário e 704  
67 foram indeferidas; além da distribuição de 07 feitos para outras unidades, os quais  
68 foram redistribuídos, tendo havido concessão das medidas em 05 desses feitos.  
69 D.Rosalina ressalta a importância do papel de fiscalização do CMDM ao solicitar esses  
70 dados e alerta para a dificuldade de análises dos dados, que muitas vezes trazem  
71 informações divergentes entre os próprios órgãos públicos. A conselheira Elaine  
72 informa que esta discussão também está sendo realizada na Rede Municipal de  
73 Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e Sexual de Londrina e que a Rede  
74 está propondo uma reunião com as juízas, promotoras e promotores, em data a ser  
75 agendada, para esclarecer os motivos de indeferimento das medidas protetivas de  
76 urgência. Ressalta a importância deste Conselho e da Rede ter acesso aos dados  
77 enviados pelo TJPR/CEVID, e que a divergência nas informações se dá pela falta de  
78 um sistema nacional que integre todos os dados da segurança pública e de outras  
79 políticas públicas. D.Rosalina propõe que o Ofício para convocação para a reunião  
80 com o Judiciário seja encaminhado conjuntamente pela Rede e CMDM, o que foi  
81 acatado por todas. A conselheira Amanda Gaion solicita que, embora o CMDM já  
82 esteja representado na Rede pelas conselheiras Ana Carolina Franzon e Rosalina  
83 Batista, caso haja algum impedimento na participação destas conselheiras, outras  
84 conselheiras devem substituí-las, dada a importância do debate que será realizado.  
85 Solicita que na reunião com as(os) representantes do Poder Judiciário o CMDM  
86 questione os critérios utilizados para justificar do número expressivo de requerimentos



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

### Ata da 62ª Reunião Ordinária

87 de medidas protetivas de urgência indeferidos. Elaine salienta que a presença do  
88 CMDM nesta reunião fortalece a atuação da Rede e da sociedade civil no controle  
89 social e que assim que a data da reunião for confirmada, o Conselho será  
90 comunicado. Encerrado este assunto, passou-se à apresentação dos dados relativos à  
91 saúde reprodutiva e violência contra a mulher em Londrina. A conselheira Priscila  
92 Colmiran, enfermeira e Coordenadora da Saúde da Mulher da Diretoria de Atenção  
93 Primária à Saúde, inicia a apresentação da Secretaria Municipal de Saúde, cujos  
94 dados foram disponibilizados previamente aos membros do Conselho. Foram  
95 apresentados dados relativos às notificações realizadas no período de 2016 a  
96 julho/2020, por tipo de violência e faixa etária, dados sobre mortalidade materna,  
97 ginecologia e contracepção. Priscila destaca em sua apresentação os efeitos da  
98 pandemia na notificação das diferentes formas de violência contra a mulher e também  
99 no tempo de espera para consultas e procedimentos ginecológicos. Informa que a  
100 questão da mortalidade materna é um indicador sensível à qualidade da saúde e que a  
101 sua incidência, além dos fatores relacionados à saúde, sofre impacto de questões  
102 sociais de vulnerabilidade social, que levam as mulheres demorarem a buscar ajuda.  
103 Destaca ainda que historicamente a incidência de mortalidade materna se dá 50% em  
104 rede particular e 50% em rede pública, desmistificando que essa ocorrência se dê  
105 somente na rede pública de saúde. Ao término da apresentação, a conselheira Elaine  
106 questiona se é possível que os dados sejam discriminados por território. Amanda  
107 Gaion, pelo Chat, solicita também a discriminação por raça/etnia. Priscila solicitará à  
108 Vigilância Epidemiológica os detalhamentos apontados pelo CMDM. Elaine questiona  
109 sobre a distribuição de médicos na especialidade Ginecologia e Obstetrícia e sobre a  
110 distribuição de contraceptivos por região em Londrina. Priscila esclarece que todas as  
111 regiões possuem atendimento ginecológico, em dias alternados na semana,  
112 contemplando todas as unidades básicas de saúde, e que os contraceptivos são  
113 encaminhados conforme a demanda de cada unidade, cuja prescrição pode ser feita  
114 pelo ginecologista, clínico geral e enfermeiras(os). Informa que as UBS que foram  
115 destinadas para atendimento às síndromes respiratórias/COVID direcionaram seus  
116 usuários a outras UBS da região. D.Rosalina informa que na reunião do Conselho  
117 Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM que está acontecendo neste momento, no  
118 mesmo dia e horário da reunião do Conselho Municipal, a Comissão de Violência  
119 debateu sobre casos de estupro e abortamento legal e sobre a ocorrência de pré-  
120 eclampsia em gestantes. Priscila informa que o atendimento à gestante hipertensa  
121 possui um protocolo específico até que o atendimento de urgência chegue, visto que  
122 esta é uma das principais causas e mortalidade materna, prematuridade e óbito fetal.  
123 Sobre o aborto legal, Priscila informa que os encaminhamentos são feitos ao  
124 Departamento de Serviço Social do HU. D.Rosalina relata ainda que o CEDM  
125 apresentou uma denúncia de um fato ocorrido em Curitiba, onde foi exigido o registro  
126 de boletim de ocorrência do estupro para encaminhar à vítima ao procedimento de  
127 abortamento legal, em descumprimento à legislação vigente. Sandra Aguilera reitera a  
128 importância do encaminhamento relatado pela D.Rosalina. Inicia-se então a  
129 apresentação da enfermeira e Assessora de Planejamento, Controle e Qualidade da



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

### Ata da 62ª Reunião Ordinária

130 Superintendência do Hospital Universitário, Rita de Cássia Domansky. Rita esclarece  
131 que embora o HU tenha recebido o Ofício solicitando os dados com antecedência, ela  
132 foi designada para esta reunião somente na data de hoje, por isso não houve tempo  
133 hábil de fazer uma apresentação detalhada. Salienta que o HU é referência em  
134 atendimento às mulheres em situação de abortamento legal e se compromete a  
135 encaminhar formalmente os dados solicitados pelo CMDM. Informa que desde  
136 31/01/2020 a Maternidade do HU está sendo utilizada no atendimento aos pacientes  
137 com suspeita ou confirmação de COVID-19 e que a previsão é que continue sendo  
138 utilizada para esta finalidade até dezembro/2020. Informa que o Governador do  
139 Paraná assumiu o compromisso de manter toda a estrutura instalada para o  
140 enfrentamento ao COVID, que será destinada ao funcionamento da maternidade. A  
141 conselheira Ana Carolina agradece as informações trazidas pela Secretaria Municipal  
142 de Saúde e HU, e reitera o pedido para que o HU apresente um relatório detalhado  
143 das informações solicitadas. Ana Carolina alerta para a oferta escassa de alguns  
144 serviços e para o número de mulheres atendidas com as medidas contraceptivas, em  
145 comparação com a população de Londrina, e sugere que o CMDM atue na  
146 identificação das barreiras existentes e das possibilidades de atuação junto à  
147 Administração Municipal, para melhorar o atendimento às mulheres. Sugere que este  
148 assunto pode ser tema de uma pesquisa junto ao Departamento de Saúde Coletiva da  
149 UEL. Também menciona uma demanda antiga do CMDM para integrar o Núcleo de  
150 Informação em Mortalidade Materna da Secretaria Municipal de Saúde (NIM), visto  
151 que a participação do movimento de mulheres no processo de elaboração, execução e  
152 avaliação das políticas de saúde para as mulheres está entre as diretrizes da política  
153 nacional de atenção integral à saúde da mulher. Priscila solicita que o CMDM  
154 encaminhe Ofício para formalização do pedido e que levará a demanda à coordenação  
155 do NIM. Informa ainda, pelo Chat, que a Coordenadora do NIM é a enfermeira Michele  
156 Amadeu. Rita solicita a palavra para esclarecer que, embora a maternidade do HU  
157 ainda não tenha sido inaugurada, está sendo prestado atendimento às gestantes com  
158 suspeita ou confirmação de COVID-19, e alerta para a gravidade da pandemia em  
159 Londrina, que se encontra com a curva ascendente de casos. Rita pergunta como se  
160 dá a participação do HU no Conselho, ao que D.Rosalina esclarece que a vaga no  
161 Conselho é da Universidade Estadual de Londrina, ocupada atualmente pelas  
162 conselheiras Marselle Nobre de Carvalho (Centro de Ciências da Saúde) e Silvana  
163 Aparecida Mariano (Centro de Ciências Sociais). D.Rosalina destaca que o HU está  
164 convidado a participar ativamente das atividades do CMDM e que incluirá o contato da  
165 Diretoria do Hospital Universitário para envio das convocações e demais informes.  
166 D.Rosalina destaca ainda a importância da atuação conjunta de todos os órgãos, para  
167 cumprir o papel de assessoramento do poder público, visando a garantia dos direitos  
168 das mulheres. Sobre a participação do HU no CMDM, Rita reconhece a importância da  
169 participação do Centro de Ciências Sociais e do Departamento de Saúde Coletiva,  
170 mas ressalta que o HU tem muito a contribuir nas discussões e debates do Conselho  
171 Municipal dos Direitos da Mulher. A este respeito, a conselheira Amanda Gaion  
172 sugere que a Mesa Diretora verifique como assegurar uma vaga ao HU. No Chat são



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

### Ata da 62ª Reunião Ordinária

173 registradas manifestações favoráveis à participação do HU no CMDM. Também pelo  
174 Chat, a conselheira Silvana Mariano esclarece que a vaga ocupada pela UEL no  
175 CMDM é destinada para instituições de ensino superior. Ou seja, não há vaga nominal  
176 para a UEL. D.Rosalina enfatiza o papel do CMDM nas melhorias e conquistas da  
177 Maternidade Municipal e Maternidade do HU e sugere que as maternidades de  
178 Londrina sejam pauta de uma reunião do CMDM ainda este ano, e que isso seria  
179 encaminhado pela Mesa Diretora. Rosângela, então, faz a leitura do Ofício  
180 encaminhado pela SESA/17ª Regional com os dados solicitados pelo CMDM e informa  
181 que em virtude de incompatibilidade de agendas, não foi possível a participação dos  
182 representantes da Diretoria de Vigilância em Saúde e da Seção de Vigilância  
183 Epidemiológica nesta reunião. Encerrada esta pauta, iniciam-se os informes.  
184 D.Rosalina solicita que a conselheira Elaine faça o informe da reunião ampliada para  
185 planejamento de uma formação para conselheiras(os) municipais. Elaine informa a  
186 reunião de trabalho realizada no dia 02/09/2020, para definição das atividades e que a  
187 proposta está em construção. Foram propostas as seguintes atividades: (i) para 2020,  
188 um evento on-line voltado para os conselheiros de todas as políticas setoriais, visando  
189 abordar a importância da transversalidade de gênero nas políticas públicas, sendo  
190 esta, inclusive, uma ação preparatória para a elaboração do próximo PPA – Plano  
191 Plurianual; (ii) para o 1º trimestre de 2021, uma capacitação abordando tanto  
192 conceitos de gênero como a atuação nos espaços de controle social. Esta ação  
193 também contribuirá para a capacitação de conselheiras e conselheiros visando a  
194 Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, prevista para o 2º trimestre de  
195 2021. D.Rosalina informa que sugeriu como modelo o material utilizado no curso de  
196 capacitação de conselheiros promovido pela Escola de Saúde Pública em parceria  
197 com o Conselho Estadual de Saúde. Elaine informa que a proposta, quando finalizada,  
198 será apresentada para apreciação do CMDM. Ainda como informe, a conselheira  
199 Silvana Mariano divulga a oficina on-line “Compreendendo a situação social das  
200 mulheres” que será realizada no dia 21/09/2020, das 16h às 18h, pela plataforma  
201 Zoom, com o objetivo de contribuir para que as participantes produzam reflexões  
202 críticas sobre os padrões das relações entre homens e mulheres, o lugar social das  
203 mulheres e as desigualdades de gênero, com a expectativa de alavancar mulheres em  
204 situação de vulnerabilidade. Silvana informa que as vagas são limitadas, solicita apoio  
205 do Conselho para identificar pessoas com o perfil desejado para a oficina e  
206 compartilha no Chat o link para inscrição. Rosângela faz o informe sobre a ampliação  
207 da Casa Abrigo Canto de Dália, cujos projetos de arquitetura e engenharia foram  
208 concluídos. Na sequência, verifica se o CMDM pretende fazer alguma atividade em  
209 alusão ao Outubro Rosa. A este respeito o CMDM delibera que o Outubro Rosa será  
210 tema da próxima reunião ordinária, em outubro, e que a Mesa Diretora organizará a  
211 ação. Priscila informa que a Diretora de Articulação de Políticas Públicas, Carla  
212 Ramos, entrou em contato para a organização de uma série de atividades virtuais em  
213 alusão ao Outubro Rosa, como uma ação conjunta da SMPM e da Secretaria  
214 Municipal de Saúde. D.Rosalina lembra que, conforme já deliberado por este  
215 Conselho, é necessário elaborar a proposta da “Carta de Compromisso” que será



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES

### Ata da 62ª Reunião Ordinária

216 encaminhada aos pré-candidatos a prefeitos de Londrina. Propõe que seja criada uma  
217 comissão para esta finalidade. Rosangela ressalta que as propostas que vão compor  
218 esta Carta devem ser extraídas no Plano Municipal de Políticas para as Mulheres  
219 vigente, que foi amplamente debatido neste Conselho. A Plenária delibera, então, que  
220 a Carta de Compromisso será elaborada pela Comissão de Revisão do Plano  
221 Municipal, e demais interessadas(os) que se voluntariarem, cuja proposta deve ser  
222 apresentada na próxima reunião ordinária deste Conselho, para compatibilização da  
223 entrega aos candidatos com o calendário eleitoral. D.Rosalina propõe que o CMDM  
224 convoque os candidatos para uma reunião. A Plenária decide pelos dois  
225 encaminhamentos, sendo primeiro o encaminhamento da Carta e, na sequência, o  
226 agendamento da reunião. Antes de iniciar o informe da Rede Municipal de  
227 Enfrentamento à Violência Doméstica, Familiar e Sexual de Londrina, a conselheira  
228 Ana Carolina menciona a Recomendação Administrativa nº. 022/2020/MP- 24ª  
229 Promotoria de Justiça, com orientações para a rede de atendimento acerca do dever  
230 de notificação compulsória e comunicação externa nos casos de suspeita de violência  
231 contra a mulher e meninas. Ana destaca que, como representante da Rede Feminista  
232 de Saúde, defende o posicionamento da promotora Suzana de Lacerda, que orienta os  
233 profissionais de saúde a não fazer a comunicação de violência à Segurança Pública,  
234 pois, embora os operadores da Segurança Pública defendam a notificação  
235 compulsória, os profissionais da Saúde e da Justiça defendem o acolhimento integral  
236 das mulheres vítimas de violência, resguardando o sigilo médico e a autonomia da  
237 mulher em decidir se quer ou não fazer a denúncia. Elaine reafirma o posicionamento  
238 da Rede em apoio à Recomendação emitida pela promotora Suzana, que esta  
239 discussão já estava sendo realizada no GT de Violência Sexual, mesmo antes da  
240 vigência da Lei 13.931/2019. Elaine argumenta que a notificação compulsória às  
241 autoridades policiais pode ser um fator de distanciamento das mulheres em relação à  
242 rede de proteção e esclarece que a notificação compulsória com geração de dados  
243 epidemiológicos já é realizada desde 1993. Elaine destaca ainda que a Rede atua  
244 continuamente na capacitação dos profissionais para incentivar o registro das  
245 notificações no SINAM e que o GT de Violência Sexual está construindo um fluxo para  
246 estruturar a rede de proteção às mulheres e dar segurança aos profissionais quanto à  
247 notificação compulsória e que a Recomendação do Ministério Público vem ao encontro  
248 das preocupações deste Conselho Municipal dos Direitos da Mulher. Pelo Chat, a  
249 representante da EIG, Elisabete Fabiana da Paz Santos, registra o apoio do Coletivo  
250 ao posicionamento da Dra. Suzana de Lacerda, que a EIG atua para acabar com a  
251 violência contra as mulheres nos espaços religiosos e na sociedade e que a  
252 notificação compulsória às autoridades policiais afastará ainda mais as mulheres a  
253 procurarem proteção. Elaine segue com os informes da Rede, mencionando as  
254 atividades do GT Étnico-Racial, que está organizando um webinar para o dia  
255 25/11/2020, abordando a formação dos profissionais na abordagem, registro de dados  
256 e atendimento, considerando as especificidades das mulheres negras, atividade  
257 integrante da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as  
258 Mulheres. Silvana Mariano relembra uma deliberação de que, no âmbito do CMDM, o



## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES Ata da 62ª Reunião Ordinária

259 evento dos 16 Dias de Ativismo seria organizado pela Comissão de Violência Contra a  
260 Mulher. A Plenária aprova este encaminhamento para que a Comissão de Violência  
261 Contra a Mulher assuma esta tarefa, auxiliada pelas(os) demais interessadas(os) que  
262 se voluntariarem. Silvana Mariano ressaltou a importância da participação ativa da  
263 sociedade civil nas Comissões. Rosângela solicita à conselheira Lucimar, a relação de  
264 comissões e integrantes, para agendamento das reuniões de trabalho. A conselheira  
265 Sueli Galhardi faz um relato sobre o GT de Saúde Mental, que está elaborando um  
266 documento com o diagnóstico da realidade de Londrina, em parceria com a 17ª  
267 Regional de Saúde, bem como definindo fluxos de atendimento com o CAM – Centro  
268 de Referência de Atendimento à Mulher e Hospitais Zona Norte e Zona Sul. Informa  
269 que o GT de Saúde Mental está com dificuldade para assegurar a representação da  
270 Diretoria de Serviços Complementares em Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde,  
271 onde o setor de saúde mental está inserido. Ao término da reunião, Elaine informa  
272 sobre o recebimento, naquele momento, de uma denúncia de indícios de violência  
273 ocorrendo em um edifício residencial localizado na Rua Espírito Santo, esquina com a  
274 Avenida Duque de Caxias. Pelo avançado da hora, a Plenária decide pelo  
275 encerramento da reunião ordinária do CMDM, e que o encaminhamento referente à  
276 denúncia recebida seria feito pelas conselheiras que pudessem permanecer na sala  
277 virtual. A reunião foi encerrada às 18h15. Nada mais havendo a tratar, eu, Rosângela  
278 Portella Teruel, lavro a referida ata. –x-